

Dizer e Ditos

José Martinho*

Do Livro

Basta pegar num livro para constatar que é algo de sólido. Trata-se de um objecto duro, trabalhado. Por vezes, de um objecto que se eleva à categoria de obra de arte. Mais correntemente é uma mercadoria, um produto de mercado, que se pode comprar e vender, trocar ou oferecer.

Na nossa tradição, o Livro, no singular, é a Bíblia. Pressupõe-se que foi Deus que soprou o texto aos autores e, por esta razão, mais do que um livro santo, a Bíblia é um escrito inspirado.

Para falar da importância do livro podia me limitar a falar da Bíblia. A Bíblia não foi só o primeiro livro impresso, mas o livro mais lido de todos os tempos, o maior dos *best-sellers*. Para mais é um livro tão sólido que serviu de fio-de-prumo e pedra de toque na construção de pelo menos três religiões ou civilizações (judaica, cristã e muçulmana).

Em grego, «bíblia» significa «livros», plural neutro. Mas na Idade Média, os Doutores da Igreja Católica, Apostólica e Romana viram nesse conjunto o «Livro dos livros». Deduziram que não valia mais a pena escrever outros livros. Por esta razão, quase toda a cultura medieval não passou de um comentário da Bíblia.

Este Ideal do Livro caiu nos Tempos Modernos. Foi visto finalmente como uma das formas do paradoxo que Bertrand Russell formulou no século XX, a saber, que o catálogo dos catálogos não pode ser incluído no conjunto dos catálogos sem se confrontar com a incompletude ou a inconsistência lógicas. Do mesmo modo, não é possível que o Livro que contém todos os livros se contenha a si próprio.

Isto não impediu que importantes escritores como Baudelaire, Mallarmé ou Pessoa tenham defendido que a torrente da vida devia desembocar no Livro. O Ideal de solidez repete-se como expectativa ou acto falho.

* Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia da ULHT

Na psicanálise não há Livro único. Deus nos livre. Só existem livros, a começar pelos do seu inventor. Mas não existem apenas os escritos de S. Freud. Há também os de M. Klein, de W. Bion e de J. Lacan, para citar apenas três nomes de grandes mestres. É verdade que na Psicanálise existem mestres, mas não um dogma. Na realidade, há ainda muitos outros livros, como aqueles que foram escritos pelos conferencistas destas Jornadas. Certamente que eles dirão alguma palavra sobre a razão de só eles os terem escrito.

Um pouco de história

Freud interessou-se bastante pela literatura, não só pela literatura científica, médica e psicológica, como pela filosófica, a antropológica ou a literária.

Este interesse não impediu que os escritores e mais geralmente os artistas tivessem desconfiado bastante da psicanálise, por não acreditarem nela, por a considerarem demasiado centrada no umbigo dos indivíduos, ou, ainda, por recearem que lhes retirasse o dom ou a capacidade de criação. Mesmo assim, houve escritores muito próximos de Freud, caso de Romain Rolland, ou de Arnold e Stefan Zweig, que se inspiraram na sua invenção para escreverem alguns dos seus textos.

Com André Breton conhece-se um verdadeiro entusiasmo pela psicanálise. Seguindo a velha ideia da afinidade entre o génio e o louco, os surrealistas tentaram explorar a genialidade que pode emergir da «salada de palavras» da loucura. O seu método consistiu em transformar o delírio e até a associação livre em escrita automática. A linguagem onírica contou também muito para eles. Para poder revelar o mistério dos sonhos, Breton decidiu mesmo ir visitar Freud em 1921, mas saiu da casa deste desiludido e crítico, ainda que tenha mantido a sua grande admiração pela «bruxa de Viena».

Apesar do caminho directo que vai do livro ao divã ser um malentendido, e vice-versa, têm havido cada vez mais psicanalistas que escrevem romances habitados pela psicanálise¹. Os heróis destes textos podem ser os próprios psicanalistas, os pacientes, ou simultaneamente ambos. Esta literatura mostra o vigor que a psicanálise aparenta ainda ter hoje.

¹ Num destes últimos romances, «The Analyst», de John Katzenbach, o autor conta a história de um analista que recebe uma carta de um antigo paciente dizendo que o quer matar, mas que vai sobretudo fazer com que ele se suicide (Katzenbach, J. (2008). El Psicoanalista, Buenos Aires:Latorama)

Mesmo se é um caso inédito no nosso país, o último romance de Lídia Jorge, «Combateremos a Sombra» (Dom Quixote, Março 2007), é mais um desta série. O herói, Osvaldo Campos, é um psicanalista, que para mais – graças ao que lhe conta a sua paciente preferida, Maria London – se implica no social. Revelo um pouco do final da história para dizer que acaba assassinado. Podemos fazer várias interpretações deste fim, por exemplo, que a vida e morte do psicanalista português talvez não sejam independentes do título do último ensaio de Miguel Real, «A Morte de Portugal» (Campo das Letras, 2007).

Será que a influência da psicanálise na sociedade, e em especial na medicina e na cultura portuguesa, desapareceu? Algum interesse parece permanecer, pois «O mal-estar na civilização» de Freud acaba pela primeira vez de ser traduzido e editado pela Relógio d'Água.

Há também um antigo rumor que faz com que a psicanálise seja ainda vista por cá e noutros lugares do planeta como uma boa mãe ou uma velha amiga a quem nos podemos confiar. As revistas femininas têm-na igualmente utilizado à maneira dos cremes que prometem juventude e saúde. Mas uma nova onda positivista, com origem nas recentes descobertas das neurociências, e influenciada pelos pedidos sociais de estatísticas, tem vindo progressivamente a afogar as palavras e os escritos inspirados pela psicanálise. É uma espécie de realização do que Musil previra no seu «Homem sem Qualidades», uma entrada na era do Homem Quantidade de Quételet. É neste mundo da avaliação numérica generalizada que várias mulheres e homens de letras (como Philippe Sollers ou Bernard Henry Lévi) têm vindo a público defender a psicanálise – sobretudo a de «orientação lacaniana» (J-A Miller) como resposta ao impasse a que chegou a civilização.

Dito de outro modo, há ainda quem continue a supor que aquilo que se diz no divã do psicanalista é a melhor fonte de informação e de transformação da realidade externa e interna.

Divã

A civilização Ocidental, e mais particularmente europeia é uma civilização do Livro. O divã vem do Oriente. O termo «divã» deriva do persa «diwan», primeiramente a sala do Sultão, guarnecida de tapetes e de sofás com almofadas, e depois, por extensão, o governo turco no seu conjunto.

A civilização persa recomeça a ter alguma influência na cultura da Europa depois do Iluminismo. O livro que Alain Grosrichard publicou há alguns anos na colecção do *Champ freudien*, «A Estrutura do Serralho», é uma excelente introdução a este tema.

«Divã Ocidental Oriental» e mais particularmente o Goethe da maturidade, que imita os textos *Hafis*, são uma prova concreta da penetração da poesia lírica persa na Alemanha.

Um grande admirador do poeta e futuro Prémio Goethe, Freud, tinha mesmo um divã que se parecia com um divã turco. Há até quem tenha sugerido que a história inicial de Freud com a Histérica é parecida à do Sultão com Schéhérazade.

Nos Contos árabes das «Mil e uma noites», o rei da Pérsia, Shâhriar, foi traído pela mulher. Cego de raiva, resolveu casar-se todos os dias com uma virgem, que matava na noite de núpcias antes do nascer do sol. Shéhérazade, filha do grande vizir, decidiu acabar com o massacre. Durante a noite de núpcias do seu casamento com o Sultão, começou a contar-lhe uma história no divã sem a terminar. O esposo quis conhecer o resto da história e deu-lhe mais um dia de vida. Este estratagema durou 1001 noites. Por fim, o Sultão decidiu guardar Shéhérazade consigo. Uma das lições deste conto é que a palavra pode salvar a vida.

É também este o princípio da *talking cure*. Porém, se a palavra é necessária na psicanálise, ela não é suficiente. Digamos que há outra coisa para além da palavra.

Para vos dizer do que se trata, começo por me servir de mais uma indicação etimológica: o termo francês «douane» (alfândega) deriva igualmente do persa «diwan». Isto significa que o divã analítico – espaço no qual a fala do analisando sobressai em detrimento da estrita observação médico-psicológica – pode também ser encarado como uma fronteira ou linha de demarcação entre a fala e a tal «outra coisa»

É o deitar e o levantar do divã que separa as águas da liberdade de palavra e as do fim desta liberdade, aquilo que podia chamar o «impossível de dizer». Isso traduz-se no espaço de tempo da consulta analítica quando, no final da sessão, o sujeito da associação livre é forçado a abandonar o contrabando das palavras e a pagar o preço por aquilo que transporta clandestinamente.

O contrabando de palavras reside no que chamávamos «diálogo» e agora «comunicação». Na «comunicação» analítica, o analista é suposto ocupar o lugar do interprete capaz da compreender a mensagem do analisando. Mas esta revelação do sentido escondido não é suficiente, pois após a pontuação que marca o termo da sessão, o analisando que se levanta do divã deve, ainda, pagar a taxa aduaneira que é o honorário da consulta.

Numas outras Jornadas do CEP, propus que concebêssemos este pagamento como a maneira de fazer com que as palavras ditas na sessão tenham um preço, e com este um peso que não as transforme em fala vazia. O pagamento salda também a dívida do sujeito em relação a quem cuida dele, neste caso o analista.

Mas Freud não inventou o divã para fazer render o peixe analítico, alienando indefinidamente o sujeito a um Poder semelhante ao do Sultão no Império Otomano. Importa lembrar que, um dia, o sujeito se levanta do divã para não mais voltar. Convém, então, que tenha terminado definitivamente a sua análise, para que possa realmente desejar e usufruir do que aí disse.

Dou-vos agora um exemplo deste novo gozo do sintoma. Trata-se do caso de um rapaz chamado António. Nasceu numa aldeia e sempre se mostrou bastante crítico relativamente à pobreza intelectual do meio de onde provinha. Em criança, António escrevia poemas e dizia que queria ser escritor. Mas o adolescente apenas conseguiu tirar com muito esforço um curso de assistente social. Afligia-o sobretudo agora o facto de não encontrar uma mulher com quem se pudesse casar e constituir família.

No divã, contou que as grandes dificuldades começaram no dia em que houve a «intervenção da policia». Era a expressão com que designava as alucinações verbais que tinha tido na noite em que fugira ao seu primo, depois deste o ter feito sentir «maricas». A «intervenção da policia» eram as vozes que o torturavam por ter fugido, em especial a voz da tia e mãe desse primo, que tinha sido o seu melhor amigo de infância, por assim dizer, o seu irmão de então.

Anos mais tarde, deitado na sua cama, veio-lhe à cabeça um *spot* publicitário que vira um dia, onde um jovem motoqueiro perdia as suas calças de marca «Lévis». Uma bela mulher ruiva encontrava as calças e ia à procura do dono, entrava numa fábrica e via um homem de torso nu a trabalhar. Fazia-o experimentar as calças, estas serviam-lhe e ela elegia-o como seu amante. António dirá em análise que ficou fascinado por este filme porque ele

lhe propunha uma solução fantasmática para vestir o «homem nu» que ele era desde a «intervenção da polícia».

A virilidade sempre tinha estado do lado do seu primo e sobretudo do seu pai, dois belos machos latinos muito reputados na sua terra, em comparação com os quais se sentia sempre pequeno, feio e gordo. O pai não parava aliás de lhe dizer que, quando tinha a idade dele, já tinha possuído inúmeras mulheres.

Tanto o pai como o primo abandonaram-no no momento em que ele mais precisava deles, ambos para se dedicarem ao que chamava as «três B», Bebida, Brigas e Beldades. António também não esperava nada da sua mãe. Por felicidade, havia um pedreiro lá na aldeia que falava com ele e de certo modo o adoptou. Foi assim que António se tornou aprendiz de pedreiro.

Havia também uma avó que se despia diante do pequeno António pedindo-lhe para lhe lavar as costas. Foi o corpo desta avó que forneceu o modelo de mulher alta e delgada que atraía o olhar do petiz. Era em casa desta avó que ele e os seus pais moravam. Era também com ela que ele dormia em pequenino. E pois normal que fosse ela a encarnar para ele o Outro severo e cheio de vícios escondidos que desejava e temia.

Uma figura feminina combinada da avó e da mulher do *spot* publicitário fez com que António se tornasse um dia o instrumento de gozo de mulheres mais velhas (entre 40 e 50 anos) que procuravam rapazes novos para se divertirem. Transformou-se deste modo num prostituto, um sósia de macho latino.

Mesmo se foi deste modo que passou a servir o Outro, o gozo próprio de António não se situava aí. Este gozo foi pouco a pouco direccionado para a prática da letra, ao ponto de um dia ter dito ao analista que mais não era que um «letrista».

Ao mesmo tempo que deixara a ideia de vir a ser assistente social, António retomou a prática da escrita abandonada desde a infância, mas à maneira de um aprendiz pedreiro, para construir uma fundação para o que ruía.

É ao se denominar e reconhecer como «letrista» que António identifica a originalidade do seu novo sintoma. Transforma, deste modo, o sintoma típico (psicótico) que o perturbava num sintoma individual.

«Letrista» não é poeta, nem romancista, nem escritor ou homem de Letras. É um nome próprio que não supõe, nem implica nenhuma elevação simbólica, nenhuma aspiração a um ideal social. Trata-se de uma espécie de

autógrafo, de rabisco que se limita a assinar o artifício que a análise conseguiu produzir como suplemento à tia e ao primo, ao pai, à mãe e à avó.

Antônio serve-se aqui da língua comum à sua maneira. O quase neologismo que criou com a palavra «letrista» fora do seu contexto habitual (por exemplo letrista de uma canção), assinala o jogo, e a regra, daquilo que está para além do gozo do Outro de que ele é o instrumento, permitindo abrir aí uma brecha, construir algo à parte, um traçado onde o sujeito pode continuar a existir fora da medicação e do hospital onde outros alucinados moram.

Dizer e ditos

Volto aos livros. Como alguns sabem, iniciei há anos a publicação de um série de livros intitulada «Ditos» (Edições Fim-de-Século). Quando apresentei publicamente o primeiro volume desta série, servi-me de uma frase do «Étourdit» de Lacan: *qu'on dise reste oublié derrière ce qui se dit dans ce qui s'entend*. Traduzo livremente: «que se diga fica esquecido por detrás do que é dito naquilo que se escuta».

Queria que o leitor mais ingênuo não ficasse a pensar que os ditos que tinha acabado de fixar na forma de escritos eram definitivos. A publicação era apenas a solução que tinha encontrado para não passar a vida a redizer ou reescrever o que já tinha dito. Significava também que o livro era um *paper in progress*, como dizem os ingleses, um articulado de uma progressão em série. Era isso que me parecia realmente sério.

É no segundo ensino de Lacan que encontramos a diferença entre «dizer» e «ditos». Freud falou de «latente» e «manifesto», e a linguística moderna de «enunciação» e «enunciado». Estes termos de alguma forma correspondem-se.

Porque é que não se deve confundir o «dizer» com os «ditos»? É que, por exemplo, posso dizer algo e depois desdizer-me ou até contradizer-me. A lógica aristotélica acha esta atitude do sujeito da enunciação em relação aos seus enunciados irresponsável, até indecente, mas a verdade é que ela é bastante comum. A lógica hegeliana tentou resolver o problema pelo recurso à História, afirmando que aquilo que é verdade hoje, pode muito bem não ser verdade amanhã.

A História é uma maneira de afirmar a variedade da verdade e até de pensar a reconstrução analítica, mas o problema que queria focar é o seguinte: se os ditos são sólidos, podem como a Bíblia fazer história, o dizer é líquido.

Foi J-A Miller que propôs esta metáfora no último mês de Março, durante o Curso que anima em Paris, uma série que denomina «orientação lacaniana».

Temos sempre grande dificuldade em lidar com o que é líquido. Heraclito de Efeso não parou de dizer que nunca nos banhamos nas mesmas águas do mesmo rio; ou que o deus *Logos*, a linguagem, a razão e tudo o que daí se depreende são tentativas, infrutíferas, de aprisionar o que é líquido. Do mesmo modo, fantasiámos e tentámos aprisionar o líquido em vasos, garrafas, bilhas, contentores. É por exemplo assim que Bion se imagina o que seria uma boa mãe.

Não existe apenas o velho horror do vácuo, há também o horror do líquido. Este pavor pode levar-nos à tentação de liquidar o que é líquido. Perderíamos, então, o principal, o «dizer» ou o «acto da enunciação».

É este acto que tem os efeitos mais incalculáveis ou não repetitivos sobre o corpo e a mente. Isto também na análise, tanto do lado do analista, como do analisando. Por exemplo, o que Freud chama «formações do inconsciente» e «vicissitudes pulsionais», mais não são que formas do hiato entre a enunciação e o enunciado.

Estes avatares mostram o desfasamento que existe entre aquilo que o sujeito quer dizer e o que efectivamente diz. São como cascas de banana que atrapalham o ordenamento simbólico e as figuras do imaginário, fazem derrapar o locutor, desviam do bom comportamento, fomentam o barulho e as redundâncias da comunicação. Quando é que um psicanalista escreverá um livro intitulado «Sintoma na Comunicação», novo modo de formular o freudiano «Mal-estar na Civilização»?

O mesmo acontece com a Teoria e a Instituição analítica. Estas revelam-se cada dia mais como formas dogmáticas, hierárquicas e sempre artificiais de controlar um real sem rei nem roque. Por isso falham, conhecem rupturas e crises, sobretudo quando pretendem ser as únicas. A solução é a dissolução; ou, então, a grande conversação.

Parece-me ser isto que se tem vindo cada vez mais a fazer neste período de fragmentação e apaziguamento das relações entre colegas de uma mesma prática. As presentes Jornadas do CEP são um bom exemplo da conversa possível entre membros da Sociedade Portuguesa de Psicanálise e da Antena do Campo Freudiano.